

O ESTILO

SU Generis

DE VIDA GAY

Marcus Antônio Assis Lima

O ESTILO



DE VIDA GAY

1ª edição
Uberlândia - MG
2018



Edição © O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais. 2018
Curadoria: Fábio Figueiredo Camargo
Projeto gráfico: Antonio K.valo
Produção executiva: Andressa dos Santos Xavier Silva
Revisão: Cristiano Florentino
Prefácio: José Luiz Foureaux de Souza Júnior

L732

LIMA, Marcus Antônio Assis
O estilo Sui Generis de vida gay/Marcus Antônio Assis Lima.
- Uberlândia (MG): O sexo da palavra, 2018.
202 p.; 16 X 23 cm.

ISBN: 978-85-93892-07-3

1. Publicações periódicas. 2. Jornalismo. 3. Homoerotismo
1. Título

CDD: 070.4

CDU: 070.050

CONSELHO EDITORIAL

Alex Fabiano Jardim
Ana Maria Colling
André Luiz Mitidieri
Andréa Sirihal Werkema
Antonio Fernandes Jr.
Cintia Camargo Vianna
Cláudia Maia
Cleudemar Fernandes
Davi Pinho
Djalma Thurler
Eliane Robert de Moraes
Eneida Maria de Souza
Flávia Teixeira
Flávio Pereira Camargo
Joana Muylaert
Karla Cipreste
Larissa Pelúcio

Leandro Colling
Leonardo Mendes
Luciana Borges
Maria Elisa Moreira
Nádia Batella Gotlib
Patrícia Goulart Tondinelli
Paulo César Garcia
Renata Pimentel
Ruth Silviano Brandão
Telma Borges
Vinicius Lopes Passos

CURADORIA

Fábio Figueiredo Camargo
Leonardo Francisco Soares
Ivan Marcos Ribeiro

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.

SEXO da PALAVRA
O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais
Av. Cesar Figueiredo, 569/302 | Jd. Figueiredo
CEP: 38.408-138 | Uberlândia - MG
Tel: (34) 3084-3592
CNPJ: 27.693.900/0001-18
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

www.osexodapalavra.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
INTRODUÇÃO	15
De onde viemos A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA HOMOSSEXUALIDADE	26
Onde estávamos COMUNIDADE, TRADIÇÃO E MÍDIA: CONSTRUINDO UMA SUBJETIVIDADE GAY	53
Para onde vamos O AMOR QUE OUSA DIZER O NOME: VISIBILIDADE E ESFERA PÚBLICA	89
DISCURSOS MIDIÁTICOS: O GAY SUI GENERIS	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185

PREFÁCIO

Há, no adagiário popular, expressão interessante que diz mais ou menos o seguinte: atirou no que viu e acertou no que não viu. Em que pese o caráter “acadêmico” que costuma tentar revestir certas afirmações – às vezes impensadas, no sentido mais espesso desse termo –, penso que o sentido mais generalizado dessa expressão procede, inclusive, quando se trata de trabalhos que, materialmente, funcionam como suporte material de um processo protocolar de autorização a certo pertencimento. Sobre esse assunto, Alcir Pécora, em artigo (o segundo numa, por mim, suposta e possível série) publicado na última edição do jornal *Rascunho* (Julho, 2018), aponta para o risco que todo trabalho acadêmico – ele estabelece suas fronteiras no campo dos estudos literários e, mais especificamente, no *boom* de estudos sobre Hilda Hilst – corre: propor-se a falar sobre algo e, ao fim e ao cabo, falar de outra coisa. Ou pior: falar daquilo que serviria de instrumento para a abordagem anunciada. Definitivamente, isso não ocorre aqui.

Lembro-me com clareza – do pouco que a minha memória tem conseguido conservar em seu acervo – da tarde em que Marcus Antônio Assis Lima defendeu sua dissertação de Mestrado na UFMG. Nesta lembrança, eu disse que ele tinha conseguido, com a dissertação, tirar leite de pedra. Contava eu, naquela altura, 44 anos de idade e já,

então, manifestava minha resistência a certa militância que se apoderava de instrumentos disponíveis, para criar situações que, aparentemente, e só aparentemente, expressavam “a verdade”. Claro está que não consigo (ainda) aceitar o fato de que haja meios de concretizar tal delírio. Voltando à situação inicial, minha ideia foi, ao desenvolver minha arguição, explicitar minha admiração pelo trabalho desenvolvido e culminado na dissertação que ora se apresentava. Disse isso, e continuo pensando da mesma forma, que o trabalho de Marcus superava, em muito, os tacanhos horizontes da publicação que serviu de *corpus* de investigação em seu trabalho. Apenas por isso, penso eu, o trabalho já mereceria aprovação. O fato que permanece é a envergadura da investigação que consegue enxergar e explicitar o que, de fato, a revista não se preocupava em sustentar, enquanto discurso. Penso que o parágrafo final do trabalho de Marcus é contundente em relação a esta afirmação:

“Nesse aspecto, a própria *Sui Generis* se contradiz. Ela dedica páginas e páginas à exibição de homens aparentemente viris, mas que, na postura das mãos, nos olhares, nas roupas, nos comportamentos congelados nas fotos tiradas nos espaços de convivência, deixam evidente uma conduta que em nada se assemelha com os padrões heterossexuais. Procurando imprimir ao “novo homem gay” uma normalidade – concebida, entre outros aspectos,

em termos de comportamentos viris, excelência profissional e relacionamentos estáveis –, a revista acaba por reforçar os mecanismos de exclusão próprios do modelo dominante. Enfatiza o preconceito quando sugere que o “gay saudável” em nada deve diferir do heterossexual e acentua também uma imagem de “anormalidade” naqueles indivíduos que consomem a revista – por falta de outra opção, inclusive – mas que não se “identificam” com o estereótipo proposto. Mais ainda, ao delimitar comportamentos supostamente decentes, *Sui Generis* alimenta a homofobia, ao produzir gays que não servem de contraponto à identidade heterossexual masculina.”

Já na primeira oração do trecho, a confirmação de minha assertiva: a contradição que marca o discurso pretendido pela revista. Ao, implicitamente, desejar que a ditadura de estereótipos seja abolida, a revista acaba por estabelecer o mesmo estereótipo como “medida” para a compreensão do que seja uma famigerada “identidade” homossexual. Aqui cabe uma digressão. Há, na dissertação, agora apresentada como livro, um pequeno problema terminológico. Ao longo do texto, passa-se de “homossexual” (e seus derivados) a “homoerótico”, na mesma medida, sem a menor atenção ao fato de que os termos sustentam conceitos bem diferentes, para dizer o mínimo. Claro está que

tal diferença – não bem estabelecida ao longo do texto – não compromete o argumento do livro, nem seu processo de demonstração de raciocínio, o que é galhardamente feito. No entanto, cabe destacar este “detalhe” porque, acredito eu, da conceituação ímpar de cada um dos termos decorre interpretação diferenciada das situações discursivas – imagéticas e/ou linguísticas – de que se serviu a revista para o desenvolvimento de seu “projeto”.

O restante do parágrafo que escolhi para ilustrar minha defesa do trabalho de Marcus Antônio Assis Lima vai demonstrando que, apesar do equívoco, digamos, inicial, ou melhor, originário da abordagem que é desenvolvida, os elementos apontados pelo autor apenas e somente corroboram, com profundidade de argumentação, o que é apontado como fundamental na construção do projeto da revista em sua série de publicações. Ao escrever estas linhas, fiz uma pausa e consultei o Google, em busca de alguma coisa sobre esta revista, sobretudo para saber se ela ainda “existe”. Não obtive sucesso. Talvez por ignorância minha no manuseio de ferramentas tão rápidas e objetivas como este sistema de busca. De um jeito ou de outro, fato é que, ao que tudo indica, o universo das publicações “especializadas”, inclusive por conta da rapidez fluida e um tanto superficial dos avanços tecnológicos, foi reduzido ao universo quase museológico, sem ofensa aos museus... Quando escrito, ainda sob as fronteiras de uma dissertação, o trabalho de Marcus Antônio Assis Lima já se mostrava como um dos marcos de construção de um universo bibliográfico orientado para este novo campo de estudos. Devo confessar, aqui, a minha resistência em entender o conceito de “homocultura”, geralmente utilizado como

termo identitário do campo de operação, especulação e discussão. Deve ser um problema de idade.

Concluo a digressão, ainda com uma citação de outra passagem do parágrafo escolhido: “ao delimitar comportamentos supostamente decentes, *Sui Generis* alimenta a homofobia, ao produzir gays que não servem de contraponto à identidade heterossexual masculina”. Vou declinar da possibilidade de comentar a expressão “supostamente decentes”. Não estou a escrever uma tese ou um livro, mas apenas a apresentação de outro. De mais a mais, o contexto não comporta esta discussão, por longa e multifacetada. No entanto, detenho-me em afirmação seguinte: “*Sui Generis* alimenta a homofobia”. Lembro-me que me referi a isso, quando da arguição da dissertação que deu origem a este livro. Lá, questionei a dúvida que tinha sobre o fato de se promover o que chamei de “homofobia interna”: a tal “comunidade” que estabelece parâmetros “próprios” que, de certa forma, tinham efeito duplamente nefasto: repetiam os estereótipos que diziam combater e erigiam barreiras a quem não se submetesse a tais estereótipos. Este não é um “problema” da dissertação/livro. Ao contrário, o “tirar leite de pedra” a que me referi, lá e aqui, apontam exatamente para este tipo de contradição, para não dizer paradoxo, o que seria “hipervalorizar” uma questão. Marcus sai-se muito bem desse *imbroglio* pois demonstra, com segurança, como os elementos estruturantes do discurso pretendido pela revista acabam por soçobrar em seus esforços, sem deixar de estabelecer reformas e inovações contundentes, positivamente contundentes para o suposto *mainstream* “gay”.

Em conclusão, o prazer de reler o trabalho de Marcus Antônio Assis Lima renova a positiva impressão que dele tinha e tenho. Fui seu professor durante a graduação em Comunicação Social, privei de seu convívio social e familiar e mantive contato por um tempo. As vicissitudes da carreira acadêmica e os percalços da existência foram responsáveis por um lapso de tempo que acabou por produzir este reencontro: o convite para escrever esta apresentação. O fato de ser um sexagenário já me impõe certo tipo de comportamento que, em nada e por nada, desabona a impressão que tive e que tenho deste trabalho. Sua importância incontestável põe em xeque convicções, levanta questionamentos e aponta variantes que ainda suscitam debate contundente. A oportunidade do argumento e a qualidade de seu desenvolvimento abonam a publicação, sem a menor sombra de dúvida.

José Luiz Foureaux de Souza Júnior

Contagem, Inverno de 2018

Este livro é resultado de pesquisa e produção do mestrado do autor, defendido em 2000 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Comunicação e Sociabilidade. Alguns temas e dados foram atualizados, considerando que hoje a discussão em torno de gênero e sexualidade no Brasil está ampliada e se encontra difundida em diversas áreas. Outros dados referentes ao contexto da época foram mantidos para que se contextualize conforme o período em questão. Marcus Antônio Assis Lima possui pós-doutorado em Media & Communications pela Goldsmiths College / University of London (2013/2014), é professor titular do curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), foi coordenador do programa de pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (2014/2018) e coordenador do núcleo de pesquisa em Jornalismo da instituição.

INTRODUÇÃO

Um dos efeitos mais espetaculares da liberação sexual dos últimos 50 anos é que a homossexualidade saiu do domínio do não-dito. Sobretudo nos últimos 30 anos, assistimos a uma explosão discursiva sobre o assunto e a uma reformulação completa da imagem do homossexual. No mundo contemporâneo, marcado pela globalização e informatização, as possibilidades de visibilidade para os variados estilos de vida tornam-se cada vez mais propícias. Seguindo as lutas feministas, os movimentos de liberação gay, surgidos nos Estados Unidos e na Inglaterra em meados dos anos 1960, logo se expandiram para os outros países. Com o advento da Aids, esses movimentos ganharam mais força e unidade.

Nos anos 1990, o que se percebeu foi que, com a descoberta pelo mercado publicitário dos consumidores homossexuais, devido a um suposto poder aquisitivo maior que os dos heterossexuais nas mesmas circunstâncias, os meios de comunicação de massa abriram espaços para a discussão de questões relativas a esse segmento social. Assim, seções dentro da chamada “grande imprensa” e programas televisivos abordando a temática, bem como o surgimento de revistas especializadas voltadas para esse público, podem ser considerados avanços na luta pelos direitos dos homossexuais.

Dentro desse cenário, buscamos na revista *Sui Generis*, publicação de e para homossexuais, subsídios que pudessem nos ser úteis na elucidação dos mecanismos da constituição da identidade e, de modo mais específico, na consolidação daquilo que trataremos como “cultura gay” no Brasil, no momento de virada do século XX para XXI. A escolha pelo “estilo de vida gay” levou em conta o fato de que as complexas transformações na organização da homossexualidade e na experiência da vida homossexual são moduladas pelas mudanças históricas e estruturais mais amplas do mundo atual.

Antes de trilharmos esse entendimento, será preciso, entretanto, uma breve definição dos termos “homossexual” ou “homossexualidade” e “gay”, a que nos referimos. “Homossexual” deverá ser entendido no mesmo sentido que lhe dá o senso comum, isto é, o indivíduo, masculino ou feminino, que mantém relações sexuais exclusivamente com pessoas do seu mesmo sexo biológico. Embora essa noção possa carregar um “discurso” médico-científico, acreditamos que sua utilização continua a mais pertinente. Faço uso, aqui, da defesa que o antropólogo Luiz Mott (1994:7), em um artigo intitulado *Em Defesa do Homossexual*, faz do termo:

Querendo ou não, o ser humano necessita de rótulos para se situar no mundo [...]. Rótulos ou classificações ajudam-nos a afirmar nossa identidade pessoal, facilitam nosso processo de socialização e a nos defender contra eventuais opositores. Já que a luta de classes é uma realidade inegável, adotar livremente um rótulo é um ato de cidadania, prova de consciência e estratégia de sobrevivência.

Delimito, agora, o sentido do termo “gay”: para o senso comum, basta ser homossexual. Nos dias atuais, a palavra é usada para determinar o homem cis sexual masculino, mas, no tempo de distribuição da *Sui Generis*, era usado indistintamente como sinônimo tanto para a “bicha pintosa”¹ quanto para travesti ou mesmo o homossexual discreto, não identificado como tal por sua aparência ou comportamento social. Ainda se via as mulheres lésbicas fazendo uso do termo para se auto identificar também. Apropriada do inglês, no qual, literalmente, “gay” quer dizer “alegre, vivaz, festivo, dissipado” (FOLHA WEBSTER’S, 1996:128), e, na gíria, também é utilizada para se referir aos homossexuais, a palavra, no Brasil, tem sido empregada desde meados dos anos 1970, difundida aqui por intermédio do jornal *Lampião da Esquina*.² Falamos “gays” porque *Sui Generis* notabilizou o termo. Antes dela, pouquíssimos homossexuais se referiam a eles próprios usando esse termo. João Silvério Trevisan, por exemplo, já a utilizava ainda em tempos do *Lampião*, e o continuou fazendo, quase sempre de forma negativa, em seus escritos posteriores, notadamente em *Devassos no Paraíso* (TREVISAN, 1986). Nesse trabalho, ele, sempre lúcido em suas observações, a utilizava principalmente a fim de alertar para o consumismo desenfreado que esse estilo requeria, baseando-se nos exemplos das comunidades gays norte-americanas. Quando queria referir-se ao homossexual brasileiro, com suas peculiaridades, Trevisan utilizava os termos “bicha” ou “viado”.³ O termo

1 O mesmo que “bicha-louca”, “homossexual ‘afetado, cheio de ademanos, de afetação” (ver Nova Aurélia, dicionário gay on-line em <http://www.supersite.com.br>).

2 Para uma melhor explicação da origem do termo, enquanto sinônimo para homossexual, nos países de língua inglesa, ver Norton (1998:121-122).

3 Esses termos podem ser mais bem entendidos em Parker (1991); Trevisan (1986); Perlongher (1987); Fry, MacRae (1985); Mott (1994); entre outros estudos.

“gay”, entretanto, ganhou mais visibilidade no Brasil após a explosão da Aids, no início dos anos 1980. *Sui Generis* incorporou não apenas a palavra, como adotou e iniciou um processo de difusão de um estilo de vida peculiar.

Na acepção sociológica, cultura é tudo que resulta da criação humana. A cultura, portanto, tanto compreende ideias quanto artefatos. Definição clássica seria a de Edward B. Tyler, para quem cultura é “um todo complexo que abarca conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras capacidades adquiridas pelo homem como integrante da sociedade” (*apud* RUMNEY, 1963). O que nos interessa ressaltar nessa definição é a indicação de que a cultura não é resultante de uma herança biológica dada ao homem, mas de capacidades por ele desenvolvidas através do convívio social. Já John B. Thompson, ao propor uma “concepção estrutural” da cultura, pretende chamar a atenção para uma concepção que enfatize tanto o caráter simbólico dos fenômenos culturais quanto o fato de que tais fenômenos estão sempre inseridos em contextos sociais estruturados. Dessa maneira, ele propõe a “análise cultural” como o estudo das formas simbólicas⁴ em “relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995:181). Na análise cultural que empreendemos, tomamos cultura como esse padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que incluem “ações, manifestações verbais e objetos

4 Thompson usa o termo “formas simbólicas” para se referir “a uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte” (THOMPSON, 1995:183).

significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças” (THOMPSON, 1995:176).

Para alguns autores, não podemos falar em cultura e identidade, em sentido sociológico restrito, quando nos referimos à homossexualidade, visto que a orientação sexual por si só não condicionaria um modo de portar-se diante do mundo. No entanto, defendemos o uso dos termos quando, e principalmente, pensamos na “organização silenciosa”⁵ que pode ocorrer no interior de certas comunidades e que funde inconscientes coletivos em torno de uma “zona de significação” (LUCKMANN, 1998) marcada por um extenso código. Isso se dá ainda no nível daquilo que poderíamos chamar de “mídia primária”,⁶ presente em alguns membros, o que faz da discríção da paquera entre homens, por exemplo, imperceptível para plateias heterossexuais.

Quando falamos em cultura gay, estamos querendo evidenciar uma identidade que vai sendo construída também em produções simbólicas específicas, como na revista *Sui Generis*. Isso porque podemos captar, na materialidade simbólica da revista, comportamentos, valores, hábitos e regras apropriados e reconhecidos por gays e lésbicas, e mesmo pelo *mainstream*, como pertencentes àquela zona de significação específica. Se usarmos o rigor da terminologia,

5 Maffesoli (1998:131) chamaria de “hipótese da centralidade subterrânea”: “às vezes, o segredo pode ser o meio de estabelecer o contato com a alteridade no quadro de um grupo restrito”.

6 “Mídia primária” seria, na acepção dada por Harry Pross (*apud* BAITELLO, 1999), aquela que funda “em uma única pessoa conhecimentos especiais” sendo que, desse modo, “a pessoa torna-se então a mídia [...] comunicação que ocorre no flerte, na articulação e na leitura dos gestos e da mímica facial, no movimento e deslocamento no espaço”.

ou seja, a de que “homossexual” não se confunde com “gay”, para fins acadêmicos, o correto seria referir-nos a uma “tribo gay” e a uma “cultura homossexual”. Como veremos a seguir, essa “subcultura” apresenta-se de maneira explícita e com certo grau de coerência em *Sui Generis*. Assim, acreditamos ser possível entender o estilo gay como um modelo que se cristaliza, que ganha uma materialidade simbólica na revista, mas que encontra suas raízes na vida social e a ela retorna como um “modelo” de uma identidade homossexual contemporânea:

A noção é circular [...]. Quer dizer, a comunicação não se explica somente pelos homens em seu desejo do outro (na esfera da plena subjetividade ou intersubjetividade), mas também pela produção material de suas representações, construindo um tipo de ligação que é da natureza do simbólico e do real, do material e do imaginário, do objetivo e do subjetivo. (FRANÇA, 1998:45-46)

Achamos correto, ainda, falar em cultura gay quando pensamos que essa identidade nasce principalmente dentro do próprio movimento, como uma batalha não planejada conscientemente e que procura romper com os estereótipos e imposições comportamentais ditados pela sociedade aos homossexuais.

Portanto, o que chamamos de estilo de vida gay? Apesar de acreditar que somente chegaremos a uma resposta satisfatória após um exame mais detalhado da questão, parece-nos necessário partir de uma definição mínima. Nos Estados Unidos, o “estilo de vida gay”, segundo alguns

autores apontam, seria facilmente detectável: “Gay significa a experiência de uma cultura urbana, branca e de classe média *organizada* em torno de sexo, consumo e direitos civis” (SEIDMAN, 1995:120, grifos do autor).⁷ Esse autor, ainda, retrata a cultura gay como “uma combinação do uso de drogas, hábitos de saúde deficientes e uma história de doenças sexualmente transmissíveis como resultado da promiscuidade sexual” (SEIDMAN, 1998:50). Scott Lash (1995:193) fala de uma *diaspora-by-night* da tribo gay, numa alusão à intensa vida noturna, à efemeridade dos lugares frequentados pelos homossexuais e, também, à peregrinação numa mesma noite por vários locais diferentes.

Com relação às mulheres, o termo “gay” também seria plausível, como já o foi, mas o termo mais comum, atualmente, é “lésbica”. Entretanto, não bastaria ser homossexual masculino, branco, morador da cidade e de classe média para ser caracterizado como gay. Comportamentos mais específicos também poderiam ser utilizados como indicadores desse estilo de vida. Isso propiciaria uma extensão do conceito, permitindo a adoção de um estilo gay por pessoas que não se enquadrariam naqueles delimitadores, ou seja, classe, cor, vida citadina e preferência sexual. Assim, encontramos homens e mulheres heterossexuais que fazem uso de uma estética própria da cultura homossexual, embora não exclusiva, a estética *camp*.⁸ Como quer Babusccio, a estética *camp* está “vinculada a uma sensibilidade gay, não necessariamente a

7 Como no Brasil a literatura, mesmo a acadêmica, sobre a homossexualidade, no fim dos anos 90 era incipiente, fizemos uso de uma bibliografia quase que totalmente em língua inglesa. Desse modo, as traduções que surgem ao longo deste livro são de minha autoria e responsabilidade, salvo quando houver indicação do tradutor na lista bibliográfica final.

8 O *camp* “se caracterizaria por uma predileção pelo artificial e pelo exagero, por uma forma de ver o mundo como um fenômeno estético, mas não em termos de beleza e sim em graus de artifício e estetização” (SONTAG, 1987:318).